

O mercado interno e o crescimento econômico

AN/D/2

22 SET 1987

ALDO ALBERTO LORENZETTI CORREIO BRAZILIENSE

A meta do crescimento econômico não deve ser entendida em caráter absoluto. Se perguntarem aos brasileiros que preço devemos pagar para atingi-la, tenho plena convicção de que a resposta deixará de lado o crescimento em si, dando-se enfoque para a melhoria gradual do bem-estar em todos os sentidos.

Não se trata, portanto, de colocar o Brasil entre as primeiras economias mundiais, mas, sim, de encontrar um razoável padrão de vida para a totalidade da população.

Temos todos a consciência de que, efetivamente, somos a oitava economia mundial, mas pagamos um elevado preço para atingir esta classificação. Nossos desníveis internos tanto regionais como interfamiliares são muito grandes e criam-se, mais e mais, a consciência de que já é tempo de resgatarmos a dívida social.

Defino, pois, aqui nossa primeira grande meta: crescer internamente com equilíbrio.

O primeiro passo será o fortalecimento do mercado interno que só poderá ser atingido através de política econômica que eleve o salário real. Estou entre aqueles que acreditam ser nosso salário baixíssimo. Não me refiro unicamente ao salário mínimo, onde o desajuste é gritante, refiro-me também à massa de salários paga pela economia.

Na composição de custos de um produto, o insumo salário chega, no máximo, a 40% do seu preço final. Assim, se dobrarmos, por exemplo, os salários estaremos contribuindo para elevar a inflação no componente salário apenas 40%.

Sem dúvida, estaremos jogando lenha na fogueira da inflação, porém, ao dobrarmos a massa salarial,

estaremos dobrando o mercado, dobrando a arrecadação de impostos. Isso provocará uma queda no déficit público e fará diminuir a pressão do governo no mercado financeiro, reduzindo as taxas de juros e, por consequência, a taxa da inflação.

Em suma, entrar-se-ia numa ciranda saudável com o conseqüente fortalecimento das empresas, do mercado e de uma competitividade no exterior.

Num rápido exame de nosso histórico econômico constatamos que o salário nunca foi inflacionário, mas, sim, vem ele a reboque da inflação, havendo, permanentemente, uma perda real de seu poder de compra. Toda política econômica até agora concebida utilizou a contenção do salário como instrumento de combate à inflação. A meu modo de ver tal comportamento errôneo vem prejudicando sobremaneira o desenvolvimento harmônico do País.

Peço atenção especial do leitor para o fato de que a situação acima descrita está a determinar uma mudança no comportamento do brasileiro que, antes pacífico e ordeiro, vai se tornando agressivo e desesperançado, tentando por meio de saques e depredações mudar o quadro atual de profunda injustiça e de baixa qualidade de vida.

Com a prática de uma política salarial expansionista haverá grande demanda de bens e serviços por parte da sociedade e para que isto não provoque inflação é imperioso promover aumento da produção que só se pode dar através do investimento.

O investimento determinará a criação de mais empregos por parte das empresas. Não me refiro às empresas estatais, que im-

propriamente são chamadas de empresas. As estatais não correm os riscos do mercado, não quebram, não necessitam ser eficientes. Refiro-me, sim, à criação de empregos pela iniciativa privada, pelos empresários, misto de herói, mártir e patriota que, não obstante as dificuldades encontradas no Brasil de hoje, permanecem como peça essencial do desenvolvimento.

Algumas condicionantes devem existir a fim de que o empresário invista. A primeira delas é o dinheiro barato. A capitalização da empresa privada está ainda longe das necessidades e é preciso dinheiro de empréstimo para atingirmos o investimento ideal. Profunda reforma na atuação do governo deve ser realizada a fim de que ele deixe de atuar de modo a elevar as taxas de juros. Sabemos que por motivo dos sucessivos déficits públicos teve ele que emitir uma quantidade infinita de Letras do Banco Central e a elas oferecer elevado rendimento de modo a manter o investidor de posse dos seus papéis. O que se estranha é que comprador único de dinheiro, detentor, portanto, de elevado poder de condução de negócios nesta área, fixe valor tão alto para comprá-lo. A manutenção, por outro lado, da LBC como instrumento de fixação das taxas de inflação torna a ciranda mais rápida e injusta.

A segunda condicionante para a indução ao investimento é a manutenção no tempo da regra justa como definiu Piero Sierra em seu artigo "A Confiança Empresarial", que abriu esta série Metas e Métodos: uma contribuição à Constituinte. Complemento, no entanto, esta observação afirmando que a única re-

gra justa que permanecerá todo o tempo é a Lei de Mercado. Tal regra deve ser observada pelo legislador e pelo administrador da coisa pública. Os empresários a reconhecem como a única que os impulsiona e os dirige. A excessiva ingerência do governo no mercado trava o livre curso da economia e o seu progresso.

A terceira condicionante de um programa sólido de investimento é a confiança que o empresário deve ter na estabilidade das instituições e que o seu papel de indutor seja reconhecido.

A Constituinte deve estar atenta para não inibir o investimento quer do empresário nacional quer do estrangeiro. Deve-se, ao contrário, tornar público com toda ênfase o papel importante do empresário para a conquista do crescimento econômico. Muito do trabalho do empresário visa a satisfazer seu ego de criador de empregos e do progresso e não são poucos os que se satisfazem apenas com reconhecimento público deste seu papel.

Chamaria, também, a atenção para a credibilidade que deve ter o governo na comunidade. Preocupa-me muito a economia subterrânea, nos dias de hoje, que exatamente por não confiar no governo não paga seus impostos, fazendo com que a carga tributária recaia mais fortemente sobre aqueles que não querem (ou não podem) assim proceder.

Cumprimento, finalmente, a Firelli por esta oportunidade de uma contribuição à Constituinte abrindo ao empresário mais uma trincheira para a divulgação de suas idéias.

Aldo Alberto Lorenzetti é presidente da Abinee